

## O TERRAMOTO DE 1755 COMO APOLOGIA DA RELIGIÃO CRISTÃ: LISBOA DESTRUÍDA. POEMA (1803) DE TEODORO DE ALMEIDA.

A vasta obra do oratoriano Teodoro de Almeida [1722-1804] propicia, pelo número de textos e vicissitudes de publicação, situações cujo estudo permite auscultar mecanismos e percursos editoriais da segunda metade do século XVIII<sup>1</sup>. No entanto, e no contexto de tantos escritos, nenhum aguardou tanto tempo pela luz do dia quanto o poema *Lisboa Destruída* (1803) que o autor afirma ter redigido nos momentos absolutamente subsequentes ao terramoto que atingiu Lisboa nesse fatídico 1 de Novembro de 1755, atraindo sobre a capital portuguesa os olhares de todo o mundo e muito especialmente da Europa «esclarecida».

Publicado apenas em 1803, na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Impressor dos Conselhos de Guerra e do Almirantado, vendido na Casa do Espírito Santo, no Chiado, para onde Teodoro de Almeida tinha regressado com alguns confrades do tempo anterior à mudança para as Necessidades, depois de anos de longo litígio<sup>2</sup>, *Lisboa Destruída. Poema versa*, como o título deixa prever, o tema

---

<sup>1</sup> Basta ler as diferentes censuras guardadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a correspondência trocada por T. de Almeida para verificar dificuldades de publicação, emendas, respostas a censuras.

<sup>2</sup> Depois do terramoto que praticamente destruiu a Casa do Espírito Santo, em pleno Chiado, os oratorianos passaram para as Necessidades, cuja doação lhes havia sido feita em 1745 por D. João V, embora os primeiros ocupantes para aí tenham ido apenas em 1750 (Vicente Ferreira de Sousa BRANDÃO, *Recopilação histórico-biographica do Venerável Padre Bartolomeu do Quental Fundador da congregação dos Padres congregados do Oratório e dos Irmãos congregantes de N. Senhora das Saudades e S. Filipe Neri*, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1867). O cataclismo obrigou à passagem completa e as Necessidades atingiram o relevo cultural conhecido. Todavia, em 1792, a Casa do Espírito Santo estava já praticamente reconstruída e T. de Almeida, juntamente com alguns padres da geração mais antiga, quiseram voltar ao que consideravam a casa-mãe, mais vocacionada para o apostolado directo pelo seu posicionamento no coração da cidade, iniciando uma longa contenda,

do sismo de 1755 que, como é sabido, originou uma ampla panóplia de obras, panfletos, folhetos e papéis, veiculando interpretações diversas<sup>3</sup>. O caso mais conhecido deste vasto conjunto é provavelmente o do Padre Malagrida e do seu *Juízo da verdadeira causa do terramoto que padeceu a corte de Lisboa*<sup>4</sup> que lhe valeu, certamente em conjugação com outras causas já estudadas, mas a precisar, talvez, de enquadramento mais rigoroso e menos ideológico, o terrível fim em 1761.

De acordo com Teodoro de Almeida, que assim o afirma no «Prologo», a redacção do texto foi praticamente imediata à catástrofe, «a fim de que a [...] recente memória sem confusão nem dúvida [...] fornecesse as circunstâncias mais memoráveis»<sup>5</sup>. No entanto, «concluída que foi a empresa», optou por conservá-la fechada, «para que com esta demora mais longa, do que Horácio recomenda, amadurecesse e saísse á luz menos imperfeita»<sup>6</sup>. A esta razão de matriz «poética» o autor acrescenta um motivo que se lhe afigura de maior peso e que se prende com as finalidades que se propõe atingir: pretende simultaneamente ser «útil» ao público e proceder à defesa da Religião<sup>7</sup>. Desse ponto de vista, T. de Almeida não parece demasiado preocupado com a eventual «qualidade» do texto, desde que este respeite

---

em que intervieram Seabra e Silva e Pedro de Mello Breiner e que tinha na base um problema de rendas. (Zulmira C. SANTOS, *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida [1722-1804]*, dissertação de dout. policopiada, Porto, 2001, esp. 157-171).

<sup>3</sup> De que podem ser exemplo o *Juízo da verdadeira causa do terremoto de 1755 que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755* de Gabriel Malagrida S. J., *Portugal consolado e enterrecido de Manuel da Epifania* (Lisboa, 1757) ou ainda *Novas e curiosas reflexões sobre as terramotos, e uma oração tragica de Lisboa* (Lisboa, Miguel Rodrigues, 1756) em confronto com a *Memoria das principaes providencias que se deram no terramoto que padeceu a corte de Lisboa no anno de 1755*, que tem vindo a ser atribuído a Francisco José Freire e que sob o nome de Amador Patrício de Lisboa, sem local nem nome de impressor, chegou a ser assacado a Sebastião de Carvalho e Melo. (Inocência Francisco da SILVA, *Dicionário Bibliográfico Português*, II, Lisboa, IN-CM, rep de 1987, p. 407). Sobre o sismo e suas consequências v. esp. Maria Luísa BRAGA, «A polémica dos terramotos em Portugal», *Cultura, História e Filosofia*, V (1986), pp. 545-573 e «O terramoto de 1755: sua repercussão, a nível ideológico, em Portugal e no estrangeiro», *História de Portugal* (dir. de João Medina), VII, Amadora, 1993, pp. 347-390; CARDOSO, Arnaldo Pinto, «O terramoto de Lisboa (1755). Documentos do Arquivo do Vaticano», *Revista de História das Ideias*, 18, I.H.T.I. (1996), pp. 441-510.

<sup>4</sup> Gabriel MALAGRIDA, *Juízo da verdadeira causa do terremoto de 1755 que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa: Officina de Manuel Soares, 1756.

<sup>5</sup> Teodoro de ALMEIDA, *Lisboa Destruída Poema*, «Prologo», p. IV.

<sup>6</sup> Teodoro de ALMEIDA, *Lisboa Destruída Poema*, «Prologo», p. IV.

<sup>7</sup> «Nesse abysmo pois virião a cahir os sucessos, que servirão de objecto deste Poema. Por esta causa estou certo, que quando elle no juizo dos eruditos não mereça applausos como Poema regular, ao menos não desmerecerá a estimação commum, que fazem dos escritos úteis, os que amão a sincera verdade, e muito mais se attenderem ser obra de quem se considera membro do Estado e da Igreja, e como tal obrigado por carácter e profissão a utilizar o público, e defender a Religião, como tenho mostrado há muitos annos, tanto na Pátria como nos Reinos estrangeiros. Estes são pois os dois fins, a que se dirige a obra, que pertendo publicar». Teodoro de ALMEIDA, *Lisboa Destruída Poema*, «Prologo», p. V.

a verdade dos factos na ordenação narrativa. Isto é, não lhe importa tanto que os «eruditos» valorizem a «regularidade» do Poema, no sentido da conformidade com os códigos poéticos estabelecidos, mas sim que a obediência à «verdade» viabilize a utilidade do texto, conferindo-lhe uma particular dimensão pragmática, na medida em que nela residirá a sua maior vantagem sobre outros não citados, mas obviamente pressupostos, nesta avaliação do rigor da narrativa face aos acontecimentos. E, contudo, o volume intitulado, de acordo com as indicações do rosto, *Lisboa Destruída Poema* apenas aparentemente coincide com a composição assim designada. Isto é, uma coisa é o poema em si, *stricto sensu*, outra o conjunto de textos sob tal designação. Procurarei, assim, nestas breves notas, mostrar que, na edição de 1803, a única existente, o poema sobre a destruição de Lisboa assume uma função ideológica particular que não seria tão evidente se o texto tivesse sido publicado de forma isolada, se bem que a ideia fundamental de castigo divino aí estivesse já presente de maneira bem clara.

I – A edição de 1803 de *Lisboa Destruída. Poema* integra um «Prologo» – entre as páginas III e VI –, uma «Ode á Religião Christã – Dedicatória do Poema» – páginas VII a XV –, o poema propriamente dito, que se estende ao longo de 117 páginas, umas «Notas e Illustrações ao Poema Lisboa Destruída, pelo P.A.N.C.O.», iniciais que se referem ao Padre António das Neves Pereira, da Congregação do Oratório, grande amigo de Teodoro de Almeida, uma «Dissertação sobre a causa natural do famoso Terremoto de Lisboa no de 1755 (sic)» e, por fim, um «Appendix ao Poema de Lisboa Destruída, pelo P.T.A.C.O.», isto é, pelo Padre Teodoro de Almeida da Congregação do Oratório. Assim sendo, este conjunto que o oratoriano quis subordinar ao título *Lisboa Destruída. Poema* revela-se um complexo merecedor de alguma atenção, no sentido em que estamos perante textos que podemos supor justapostos com um propósito editorial preciso e objectivo.

Não há razões para suspeitar do facto de poder ter sido mão alheia a proceder à organização da edição. T. de Almeida costumava seguir com algum cuidado a publicação dos seus textos e, em 1800, ano em que redigiu o «Prologo», embora já doente, cumpria ainda as tarefas habituais, escusando-se apenas das missões distantes de Lisboa. De acordo com a biografia que dele traçou um confrade que tem vindo a ser identificado com o Padre Joaquim Dâmaso<sup>8</sup>, T. de Almeida experimentou

---

<sup>8</sup> *Vida do Padre Theodoro de almeida da Congregação do Oratório de Lisboa, Fundador do Convento das Religiosas da Vizitação de Sta Maria no sítio da junqueira, e o que mais trabalhou para de novo ser povoada a Casa do Espirito Santo depois de reedificada sobre as ruínas da que pelo terremoto de 1755e incêndio que se lhe seguiu ficou destruída*, I.A.N.T.T., ms. da Livraria n°2316.

graves problemas de saúde, a partir de 1800, tendo vindo a falecer em 18 de Abril de 1804. Tudo indica que a organização do volume lhe possa ser inteiramente imputada, sem margem para dúvidas, e é justamente sobre a disposição destes textos que gostaria de ordenar algumas reflexões, procurando mostrar como, no final da vida, T. de Almeida procedeu à publicação de um escrito que tinha guardado durante mais de quarenta anos, envolvendo-o por outros cujos objectivos particulares se organizam individualmente de forma a contribuir para um mais geral que coagula, no fundo, na tese que estrutura toda a sua obra, independentemente das alterações pontuais que o tempo e as circunstâncias lhe foram conferindo: a indissolubilidade do sagrado e do profano, como forma de visão do mundo.

Se procedermos a uma análise sequencial deste volume encontraremos, em primeiro lugar, o quase inevitável «Prologo», seguido pela «Dedicatória», dirigida não a uma figura real, da alta nobreza ou eclesiástica, como era prática habitual do autor e de outros, mas sim à «Religião Christã». Reproduzindo o tópicio da perenidade do escrito e da falta que, em Portugal, se fazia sentir, em sua opinião, de «escritos verídicos e exactos»<sup>9</sup> que contribuíssem para o progresso «da Agricultura, do Commercio, da Navegação»<sup>10</sup>, o oratoriano manifestava admiração pelo facto de, passados quarenta e cinco anos sobre o terramoto que atingira Lisboa, não ter ainda «aparecido historia alguma individual deste acontecimento: tendo elle sido tão famoso, como sensível nas quatro partes do Mundo;»<sup>11</sup>. Do ponto de vista da realidade editorial contemporânea da catástrofe, T. de Almeida não tinha, naturalmente, completa razão. Os anos subsequentes ao sismo presenciaram o aparecimento de textos, folhetos e papéis, transportando as mais variadas explicações que traduziam o complexo de sentimentos e interpretações díspares que acompanharam o terramoto para além de um considerável acervo de “memórias” pedidas por Sebastião José para avaliar dos efeitos locais do cataclismo nas diferentes zonas do país. No entanto, para T. de Almeida, que pretendia ser absolutamente fiel à «verdade» dos factos, a «historia» não tinha ainda sido contada na versão que entendia como rigorosa. Isto é, a pretensa ignorância de outros textos ajudava a acentuar a ideia de que a versão que se seguia a este «Prologo», a do autor, era a única verdadeiramente fiável, aquela que em si concentrava as vantagens do

---

Joaquim Dâmaso [1777-14 de Junho de 1833] entrou na Congregação do Oratório em 9 de Fevereiro de 1793 e foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências em 1832. Foi bibliotecário de D. João VI no Rio de Janeiro e exerceu também funções na Biblioteca da Ajuda. Ao seu especial cuidado se deve o regresso de muitos manuscritos pertencentes à livraria real.

<sup>9</sup> «Prologo», p. III.

<sup>10</sup> «Prologo», p. III.

<sup>11</sup> «Prologo», p. III.

testemunho imediato – o oratoriano assistira aos factos – e da possibilidade de auscultação de outras testemunhas oculares, pois que o decorrer do tempo tinha facultado o confronto com outros relatos. Deste ponto de vista, a narração que se seguia funcionaria, de acordo com as razões expostas no prólogo, como a «história» do terramoto e, em consequência, aquela que a posteridade deveria guardar como a versão exacta dos acontecimentos. Por outro lado, o relato da catástrofe que se abatera sobre Lisboa permitia a T. de Almeida rebater e anular a argumentação aduzida por Voltaire, no célebre *Candide*, segundo a qual, e ao contrário da interpretação de Pope, nem sempre Deus fazia o melhor<sup>12</sup>. Por tudo isto, o «Prologo» alinhava, argumentativamente, um conjunto de razões que procuravam justificar o texto do ponto de vista dos códigos poéticos vigentes, sublinhar a importância que comportava pela assunção da obediência estrita à verdade dos factos e, simultaneamente, revelar o carácter «apologético» do poema em causa, no sentido em que o autor o entendia como uma resposta ao «ímpio» Voltaire, mostrando que a catástrofe teria sido a forma encontrada pela «Mão divina» para fazer pensar os habitantes de Lisboa e do país sobre os pecados cometidos. Tendo em conta que T. de Almeida afirma ter redigido o poema em tempos imediatos ao cataclismo, finais de 1755 ou início de 1756, dificilmente poderíamos acreditar que se tratasse de uma impugnação da posição de Voltaire sobre o sismo expressa em *Candide*. Publicado pela primeira vez em 1759, *Candide ou L'Optimisme*<sup>13</sup> sofreu acrescentos posteriores, mas não circulou antes dessa data. Logo, a redacção do poema relatando o sismo que havia assolado a capital portuguesa não poderia ser *ab initio* direccionada para tal objectivo. Aliás, T. de Almeida também não afirma tê-lo feito. Limita-se a considerar o poema que tinha escrito e que agora publica – aceitemos por enquanto esta interpretação – como uma peça de um conjunto, o volume total que intitula do mesmo modo, esse sim organizado como um dispositivo bem mais complexo do ponto de vista ideológico.

A «Ode á Religião Cristã» que constitui a «Dedicatória do Poema» revela-se uma resposta directa a Voltaire e às considerações explanadas no «romance» *Candide* que T. de Almeida considera «o mais abominável de todos os [...] poemas» do filósofo francês. Contudo, tal impugnação não significa a adesão aos princípios

---

<sup>12</sup> T. de Almeida di-lo textualmente no «Prologo» do «Appendix ao Poema de Lisboa Destruída pelo P.T.A.C.O.»: «O Ímpio Voltaire na sua obra, que intitulou *Le Candide*, ou *L'optimisme*, tomou por empreza impugnar a Pope, quando diz que Deos no governo deste mundo sempre faz o melhor, e serve-se do Terremoto de Lisboa para o impugnar. Esta obra ímpia vindo ás minhas mãos me inflamou para mostrar os muitos bens, que Deus fez neste grande Terremoto, o que de algum modo se conhece no Poema da *Lisboa Destruída*, e suas notas.» T. de ALMEIDA, *Lisboa Destruída. Poema.*, (p. 251).

<sup>13</sup> *Candide ou l'Optimisme traduit de l'allemand de Mr. Le docteur Ralph, MDCCLIX.*

expostos por Pope, significativamente condensados na expressão «Tout est bien» ou «tout est au mieux», que o oratoriano entende como procedentes de filosofias deístas. Em todo o caso, haverá que notar que, embora seja difícil, até pelo confronto de datas, acreditar na versão que o biógrafo de T. de Almeida propõe na *Vida*, afirmando que esta ode teria sido redigida algumas horas antes da morte do oratoriano, tal texto é certamente o mais tardio de todos quantos constituem este volume. Por outro lado, a temática «anti-voltairiana» desenvolvida insere esta composição poética no filão de literatura apologética que T. de Almeida incorporou, sobretudo a partir da publicação do volume IX da *Recreação Filosófica*, intitulado «Harmonia da Razão e da Religião» (Lisboa, 1793), embora essa dimensão esteja praticamente presente em todos os seus textos<sup>14</sup>. De facto, esta «Ode á Religião Christã», que funciona como «Dedicatória» do volume, expõe a tese fundamental que o poema «Lisboa Destruída», que se lhe segue, procura demonstrar: ao contrário do que afirma Voltaire, impugnando Pope, Deus não faz sempre o pior<sup>15</sup>; o terramoto terá despertado «os mortaes» de um enorme «lethargo», permitindo que, nos tempos que se seguiram ao sismo, estes se preocupassem em «buscar com cuidado» a virtude que antes estava «escondida, encuberta, envergonhada»<sup>16</sup>.

Os seis cantos que compõem «Lisboa Destruída», o poema heróico que segue a «Dedicatória», organizam-se de molde a tornar evidente a tese exposta. Ao escolher a forma poética do poema heróico, que o texto de António das Neves Pereira, «Notas e Ilustrações ao Poema Lisboa Destruída», sequencial no volume, procura justificar como a mais conveniente, T. de Almeida pretendia salientar a importância do acontecimento em si e, essencialmente, fixar os contornos trágicos de que se revestiu, mostrando, através do artifício poético, as marcas da destruição, o comportamento exemplar das famílias nobres que conhecia<sup>17</sup>, mas também os roubos e crimes que assolaram a capital. Do ponto de vista da estruturação e ordenação narrativas, o «Heroe ou actor principal» é o «Omnipotente» que, «tendo concebido grande ira contra a cidade de Lisboa pelas suas iniquidades, determina castigalla como nos séculos antigos fizera a outras cidades perversas [...]». Para este fim armou, como diz a Escripura, as suas creaturas; isto he, deo ordem aos elementos, para que executassem nos habitadores de Lisboa a sua Justiça»<sup>18</sup>.

<sup>14</sup> Zulmira C. SANTOS, *Literatura e Espiritualidade*, esp. 359-390.

<sup>15</sup> «Dedicatória», p. IX: «Era a voz d'hum Poeta, que ensinava / *Que o gram Deos no governo deste mundo / (Não acabes, não digas, lingua minha) / Sempre faz o peor*».

<sup>16</sup> «Dedicatória», p. XI.

<sup>17</sup> Sobretudo os Távoras, com quem mantinha relações estreitas, mas também os filhos de D. Isabel Breiner, condessa de Ficalho, cuja actuação no socorro às vítimas do sismo T. de Almeida valoriza.

<sup>18</sup> «Notas e Ilustrações ao Poema Lisboa Destruída», pp. 120-121.

A intencionalidade do texto dificilmente poderia ser mais clara. Teodoro de Almeida entendia o terramoto como um castigo divino e procurava provar que o sismo teria tido consequências notáveis na opção de muitos pelo caminho da perfeição, cujo exemplo mais extremo estaria representado na «heróica resolução de uma Dama do Paço» que abandonara a corte e um «casamento por todos os modos estimável» e se sepultara num «claustro religioso com geral edificação de todos»<sup>19</sup>, tema da composição poética que fecha o volume, depois dos comentários teóricos sobre a «regularidade» do poema explanados por António das Neves Pereira. Esta senhora, que T. de Almeida não identifica, provavelmente para comprovar a justeza da decisão, mas cuja identidade não deveria constituir nenhum mistério, mesmo em 1803, era D. Mariana Joaquina, da família Angeja, irmã do conde de S. Lourenço<sup>20</sup>, que Pombal mandara prendera em 1760, no contexto de acontecimentos que arrastaram também o afastamento de Teodoro de Almeida da corte e o obrigaram a ir para o Porto. D. Mariana deveria casar com o herdeiro da Casa Marialva, D. Pedro de Meneses [1713-1794]. Por outro lado, T. de Almeida pretendia veicular a ideia fundamental, até pelo problema da presunção da verdade, de que o texto que agora publicava, mais de quarenta anos depois, correspondia à versão que teria escrito logo a seguir à catástrofe. Contudo, o cotejo do impresso com os manuscritos existentes prova, pelas muitas diferenças, rasuras e omissões, que o poema foi sofrendo alterações, embora tenha procurado preservar a forma de poema heróico<sup>21</sup>. Com efeito, há estrofes que desapareceram completamente e outras que sofreram mudanças profundas, factos que podem traduzir, ou pelo menos indiciar, uma gestação um pouco mais longa que aquela que o «Prologo» quer fixar, de molde a prender o poema ao ano de 1756, quando muito, como se a composição fosse completamente imune a todos os acontecimentos posteriores. É altamente provável que a primeira redacção se situe por esses anos e que algumas das notas que acompanham o poema e o ancoram na «História»<sup>22</sup> tenham sido redigidas mais tarde, embora pareça evidente algum cuidado de coerência cronológica. Em todo o

---

<sup>19</sup> «Appendix ao Poema de Lisboa Destruída, pelo P.T.A.C.O.», «Prologo», p. (251).

<sup>20</sup> D. João José Ansberto de Noronha [1725-1804], da casa de Angeja, 6º conde de S. Lourenço pelo casamento com D. Ana de Melo e Silva [1725-1744]. Esteve preso no forte da Junqueira, entre Junho de 1760 e Fevereiro de 1777. Antes da prisão às ordens de Sebastião José, pertencia ao conselho do rei, era Deputado da Junta dos Três Estados, Gentil-homem da Câmara do Infante D. Pedro, exercendo ainda as funções de Censor do Paço.

<sup>21</sup> As versões manuscritas conhecidas encontram-se reunidas no I.A.N.T.T., ms. da Livraria 1675-1ª e 1675-2. O primeiro intitula-se «Descrição do terremoto de Lisboa no anno de 1755 (Poema em seis cantos) e o segundo «O terremoto de Lisboa em 1755».

<sup>22</sup> As notas procuram fornecer indicações pontuais, mas precisas, de tempo, lugares, pessoas.

caso, a escolha para personagens do texto, para além de «hum Tirso cavaleiro» e «um Misseno filósofo», da marquesa de Távora, D. Leonor de Almeida<sup>23</sup>, de sua filha, D. Mariana<sup>24</sup>, e da neta, D. Joana, podem fazer presumir, face à tragédia que em Janeiro de 1759 se abateu sobre a família, que o poema terá efectivamente sido redigido antes e que nesse facto residiria uma razão de peso para que o oratoriano se sentisse na disposição de não publicar a «sua» história do terramoto. Com toda a probabilidade, T. de Almeida deverá ter procedido à escrita das estrofes presentes nas versões manuscritas, pelo menos em uma delas, que parece anterior, durante os anos de 1756-1757. Depois, em função dos acontecimentos de 1758-1759, da prisão e morte de Malagrida em 1761, e também do seu próprio afastamento para o Porto, em 1760, às ordens de Pombal, deverá ter guardado as versões manuscritas que, nas suas palavras, terá recuperado e preparado para publicação, nas condições que descrevi, isto é, integrando o poema num complexo textual que potencia os objectivos apologeticos.

Aliás, a atenção prestada à globalidade da publicação espelha-se também na justificação comentada da «regularidade» de «Lisboa Destruída» como poema heróico. Imediatamente a seguir ao texto propriamente dito, surgem as «Notas e Ilustrações ao Poema Lisboa Destruída, pelo P.A.N.C.O.» que permitem ao também oratoriano António das Neves Pereira<sup>25</sup> dissertar sobre as qualidades literárias da composição. Estas reflexões, escritas certamente à volta dos anos da publicação, isto é por 1800<sup>26</sup>, assumem que o terramoto foi um castigo pelas «iniquidades» de Lisboa e que tendo a cidade ficado destruída «Deos conseguiu dois grandes fins [...] hum de se fazer temido, e respeitado dos prevaricadores daquelle tempo, outro de prevenir com este

---

<sup>23</sup> D. Leonor de Távora [1700-1759], 3ª marquesa da mesma casa, casada com Francisco de Assis Távora desde 1718, ambos executados em Janeiro de 1759.

<sup>24</sup> D. Mariana Bernarda de Távora [1722-1780] casou em 2 de Dezembro de 1747 com D. Jerónimo de A taide [1721-1759], 11º conde de Atouguia, também executado em Janeiro de 1759. Foi dirigida espiritual do Pde Malagrida e dessa direcção deixou testemunho em memórias hoje publicadas: *A última condessa de Atouguia. Memórias autobiográficas*, (pub. por A. Valério), Pontevedra, 1916.

<sup>25</sup> António das Neves Pereira, professor régio de Retórica, em Penafiel, entrou na Congregação do Oratório com 44 anos, em 29 de Janeiro de 1793. Autor de dissertações incluídas nas *Memórias da Literatura Portuguesa da Academia das Ciências* (Tomo IV, pp. 339-446; tomo V, pp. 152-252) escreveu ainda duas dissertações de particular interesse no âmbito da teorização literária: o «Ensaio sobre a Philologia Portuguesa por meio do exame e da comparação da locução e estilo dos nossos mais insignes poetas que florescem no século XVI», inserido no volume XVI das mesmas memórias (pp. 1-151) e *Mechanica das palavras em ordem á harmonia do discurso eloquente, tanto em prosa como em verso*, (Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1787).

<sup>26</sup> Ainda que António das Neves Pereira afirme que conhecia o poema há mais de trinta anos, o que corrobora a hipótese de que T. de Almeida efectivamente o guardou, estas notas foram certamente escritas visando a publicação.



aviso os Atheos, Deístas, e Materialistas Portuguezes, que o Senhor pela sua presciencia divina sabia, que poucos annos depois, corrompidos das impias doutrinas das nações estrangeiras, se rebellarão contra a Religião; para que se lembrassem, que Elle sabe sofrer, porque he eterno, e também zombar dos seus zombadores, porque he honrado e Santo.»<sup>27</sup>. António das Neves Pereira, que já havia comentado o *Feliz Independente* (1779), na edição de 1786, respondendo a algumas das críticas de que esta «novela» tinha sido alvo, salientava a pertinência da interpretação do terramoto veiculada por Teodoro de Almeida, no «Prologo», procurando simultaneamente comentar o «systema poético» em que o texto se enquadrava, e acentuando, todavia, que muitas das «bellezas» do poema não se revelavam tributárias, como se poderia pensar, da «vasta erudição» ou dos «muitos estudos» do autor, mas sim da «natureza»<sup>28</sup>. Nas palavras de António das Neves Pereira, T. de Almeida «já mais conheceu regras da Arte, nem leo os Poetas» citados pelo comentador, «tanto antigos como modernos», o que poderia significar, em sua opinião, que quando se julga que determinadas passagens revelam a imitação directa de outros autores, tal nem sempre é verdade, pois muitas vezes, «não são senão producções originaes de cada hum, frutos de sua própria fecundidade»<sup>29</sup>. Para além da valorização de um certo talento «natural» de T. de Almeida, a apreciação de António das Neves Pereira não deixa de comportar alguma menorização da imitação tendo por base principal a erudição, na medida em que frisa que, por um lado, a «forma» do poema, podendo não coincidir exactamente com a de outros pertencentes ao mesmo género, torna «Lisboa Destruída» um poema heróico «novo» e, por outro, as personagens, as peripécias, os «lugares» dependem quase totalmente da capacidade criativa individual do autor e não dos conhecimentos adquiridos por «estudos» de outros poetas.

Embora não caiba nestas breves notas a reflexão sobre a estética da «imitação» presente nos textos teóricos de António das Neves Pereira, no sentido em que tal implica o cotejo das suas várias contribuições, importa, no entanto, notar a importância que este autor concede às formas «novas» e à margem que vai abrindo, reproduzindo teorizações contemporâneas<sup>30</sup>, para o peso da «natureza» e do talento «natural» muitas vezes independente de estudos e erudições.

<sup>27</sup> Nottas e illustrações, p. 122.

<sup>28</sup> Lexema que, como é sabido, poderia ter várias acepções neste contexto particular. Sobre o conceito em geral, v. o já clássico estudo de J.EHRARD, *l'Idée de nature en France dans la première moitié du XVIIIe siècle*, Genève, Slaktine, 1981: para Portugal, Pedro CALAFATE, *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal: 1740-1800*, Lisboa, IN-CM, 1994.

<sup>29</sup> Nottas e illustrações, p. 126.

<sup>30</sup> V. entre uma vasta bibliografia, Aníbal Pinto de CASTRO, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973; CHECA BELTRAN, José, *Razones del buen gusto (Poética Española del neoclasicismo)*, Madrid, CSIC, 1998.

E se a dissertação deste oratoriano amigo de Teodoro de Almeida visava corroborar a tese por este exposta de que o sismo de 1755 tinha sido castigo de Deus, caucionando a pretensa qualidade literária do poema, o texto subsequente, «Dissertação sobre a causa natural do famoso Terremoto de Lisboa no de 1755», fornecia o indispensável travejamento científico que, de resto, Almeida já tinha exposto em plena Academia das Ciências de que era sócio fundador. O curto «Proemio» que antecede a citada «Dissertação» traçava com clareza o objectivo proposto: o «Filosofo Christão» deveria atender em simultâneo à «causa suprema», que lhe deve merecer o maior respeito, mas também às «naturaes» que sendo «dependentes, e subordinadas não excluem o seu exame, e prudente averiguação, até onde chegam as forças do entendimento humano».<sup>31</sup>

Em 1800, Teodoro de Almeida reiterava, uma vez mais, a tese essencial que tinha norteado e estruturado toda a sua obra, sobretudo a de matriz prioritariamente «científica»: ao homem, isto é, ao «filósofo», competia averiguar das leis que regiam o mundo natural e o faziam movimentar-se com a regularidade e a coerência de um relógio. Decifrar a linguagem na qual a natureza estava escrita, estudar as suas leis, ver para além daquilo que os olhos mostravam, que mais não era que uma leitura superficial que ocultava o verdadeiro conhecimento, era tarefa do «filósofo». Contudo, o «filósofo cristão» deveria perceber que a «compreensibilidade» tinha fronteiras e havia um momento em que não era possível passar mais além. Para lá, estava a «Omnipotência Divina» ...

T. de Almeida expõe as causas naturais do terramoto, explicando as circunstâncias e as causas dos «efeitos referidos», conferindo à tese do castigo divino uma dimensão «científica» que se enquadra, naturalmente, no conjunto de pressupostos que foi desenvolvendo ao longo da sua vasta obra. Um aspecto é a decisão «divina» de castigar Lisboa, outra a análise do sismo do ponto de vista físico. Para o oratoriano não existia qualquer incompatibilidade entre as duas formas de olhar a questão. Pelo contrário. O estudo e conhecimento das causas naturais conferia até maior viabilidade, por assim dizer, à crença na força divina, pois que quanto melhor se estudassem as causas e consequências físicas mais razões haveria para admirar a organização que Deus havia conferido ao mundo.

Curiosamente, e por isso me pareceu pertinente tecer algumas considerações sobre este volume quase ignorado, do ponto de vista crítico, no conjunto de escritos do autor da *Recreação Filosófica*, o último texto desenvolve um tema aparentemente

---

<sup>31</sup> «Dissertação sobre a causa natural do famoso Terremoto de Lisboa no de 1755», «Proemio», pp. 228-229.

oposto. Depois de uma descrição das causas e consequências naturais da catástrofe, T. de Almeida insere nesta publicação um «Appendix ao Poema de Lisboa Destruída» em que narra «a heróica resolução de huma Dama do Paço» que abandona a corte, a família e um casamento prometido para professar na mais estrita clausura. Como acima se disse, a jovem senhora, aqui não identificada, era D. Mariana Joaquina, irmã do conde de S. Lourenço, D. João José de Noronha. No poema, orientado para evidenciar os efeitos que o sismo teria tido na corte, pois que D. Mariana tomara a decisão de professar, entendendo que a catástrofe teria sido um aviso divino, o autor louva a opção pelo convento, acentuando que tal escolha significa o abandono de tudo em prol de um lugar de «santidade».

A preocupação de T. de Almeida com as «vocações» femininas, sobretudo dos círculos de corte, não se reveste de qualquer novidade no contexto da sua acção e obra. Foi um director espiritual experimentado e, muito provavelmente, Pombal nunca lhe perdoou o teor de algumas direcções espirituais de damas do paço, essencialmente até 1760, funções que acabou por recuperar depois da queda do ministro e do regresso a Portugal e que manteve, em muitos casos, quase até à morte. Aliás, na manuscrita «Historia da Vizitação»<sup>32</sup>, o oratoriano dedica uma atenção especial, considerada por alguns até excessiva, ao recrutamento de candidatas à ordem de Francisco de Sales e Joana de Chantal<sup>33</sup>, envolvendo estas narrativas numa atmosfera de profecias e previsões que alertam para a sensibilidade de T. de Almeida face a fenómenos «misticizantes» acerbamente criticados pelos sectores de piedade ilustrada.

Composto por todos estes textos, o volume intitulado *Lisboa Destruída. Poema* revela, assim, uma estratégia editorial consistente e consciente, visando a completa estruturação de uma tese que torna este conjunto uma peça da literatura apologética, filão que se desenvolve, embora em datas ligeiramente diferentes para cada país, sobretudo em França e Itália, mas também em Espanha e Portugal, na segunda metade do século XVIII<sup>34</sup>. Teodoro de Almeida procedeu à composição global do

---

<sup>32</sup> *Historia da fundação do mosteiro da Vizitação em Lisboa. No anno de 1784.* Da autoria de T. de Almeida, a cópia existente no I.A.N.T.T. (ms. da Livraria nº 665) encontra-se integralmente transcrita em Zulmira C. SANTOS, *Literatura e Espiritualidade*, Tomo II, «Apêndice documental», Porto, 2001.

<sup>33</sup> Casos do Marquês de Bombelles e de Frei Alexandre da Sagrada Família, tio de Garrett (v. Zulmira C. SANTOS, *Literatura e Espiritualidade*, esp. pp. 445-479 e «Para a história da educação feminina em Portugal: a fundação e os programas pedagógicos das visitandinas», *Homenagem ao Professor Doutor Luís António de Oliveira Ramos*, FLUP, (no prelo).

<sup>34</sup> V., entre outros, Fernando Augusto MACHADO, *Rousseau em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 2000 e Zulmira C. SANTOS, «Percurso e formas de leitura feminina na segunda metade do século XVIII», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II Série, *Linguas e Literaturas*, vol. XIX (2002), pp. 71-109.

volume, do ponto de vista editorial, procurando escorar de todos os modos a tese que encarava o sismo de 1755 como um castigo divino da capital portuguesa. Cerzindo todos os textos, o «Prologo», que é verdadeiramente o texto introdutório geral, formula um protocolo de leitura que anula todas as outras possibilidades de interpretação. O poema «Lisboa Destruída» propriamente dito é a *História* do terramoto, que o autor dedica à «Religião Christã», a «Dissertação» de António das Neves Pereira cauciona o texto na perspectiva literária, corroborando a tese exposta no «Prologo», a «Dissertação» sobre as causas naturais, previamente exposta no contexto da Academia das Ciências, escora-o do ponto de vista mais estritamente científico e o «Appendix», referente à entrada para o claustro de D. Mariana, ilustra a tese expandida, funcionando praticamente como prova. Neste enquadramento, importa sublinhar que, em 1800, data provável do arranjo tipográfico global, ao justapor tais contribuições, com um propósito editorial preciso e objectivo, T. de Almeida não só não renegava nenhuma das suas teses iniciais, sobretudo se se isolar um olhar sobre a produção escrita total até 1760, ano em que é obrigado a afastar-se da corte, como reiterava até princípios que julgava fundamentais: a indissolubilidade do sagrado e do profano, presente na complexa explicação e justificação da catástrofe de 1755, e a sensibilidade a uma piedade de tipo «misticizante», de perfil feminino, olhada com desconfiança pelos sectores ilustrados. Deste modo, tornava um texto que não tinha publicado, apesar das razões aventadas, certamente mais por temor a Pombal que por motivos de qualidade poética, uma peça importante do campo apologético, contrariando Voltaire e procurando travar um combate contra «Atheos, Deistas, e Matherialistas Portugueses». Não importa agora em que medida e com que consequências atravessou tal combate o século XIX, mas terá valido certamente a pena reflectir sobre uma estratégia de composição que pretendia potenciar os objectivos de um texto particular, envolvendo-o numa rede apertada de outros, cuja ordenação os transmuta praticamente em paratextos vocacionados para prender o texto principal a uma leitura unívoca, que traduzia a forma como Teodoro de Almeida se situava e agia num cenário de mudanças acentuadas nas maneiras de encarar a relação do homem com o mundo e com Deus e, que, essencialmente, veiculava, no limite, uma apologética anti-luzes movendo-se na área cultural destas.

*Zulmira C. Santos*